



Anais da Assembléia

No. 165

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Ironi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zarusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2a. SESSÃO LEGISLATIVA DA

13a. LEGISLATURA

ATA DA 103a. SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 1996

(QUARTA - FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni e Antonio Annibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techry Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kiele, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joeli Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walnor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem) - Solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

Cinquenta e três (53) Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1o. SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO No. 1346

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, # 4o. do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2a. discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO No. 1356

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja alterado para 7 (sete) o número de membros que compõem a Comissão Supra-Partidária de Deputados, a fim de que todos os Partidos que compõem esta Casa de Leis possam integrá-la.

A vida da fábrica da Renault para o Paraná, certamente, inaugurará um novo tempo no nosso Estado, pois, com a criação de 30 mil novos empregos diretos e indiretos, mudará não só o perfil de Curitiba e Região Metropolitana, mas também a estrutura econômica do Paraná.

Com isso, a vinda da Renault para o Paraná, abrirá ainda um novo ciclo de desenvolvimento no caminho da industrialização do País.

Dessa forma, nada mais justo que a criação da Comissão solicitada, para que esta Casa de Leis, no cumprimento do seu papel constitucional, possa acompanhar a implantação dessas mudanças.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO No. 1344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor NELSON PERONDI, ocorrido neste mês de novembro do corrente ano, no Município de Cianorte.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, em nome do senhor Anísio Perondi, Rua Florianópolis, 1247 - Cianorte-PR, CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO No. 1343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos, ao Município de General Carneiro pela passagem do seu 350. aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JOELCY MARCOS LAMMEL, ao vice-Prefeito, senhor JOAREZ VICENTE MARTINS FERREIRA, assim como a todos os Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população de General Carneiro irá comemorar festivamente o transcurso do seu 350. aniversário de emancipação política, no próximo dia 19 de novembro.

O Município de General Carneiro que fica a 274 quilômetros de Curitiba, é um dos maiores produtores de madeira da Região Centro-Sul do Paraná. Cerca de 17 mil hectares da área do Município estão cobertos com reflorestamento, sendo que o pinus é a madeira mais comum na cidade e ocupa 12,8 mil hectares de terras, seguido da araucária, com 4.069 hectares.

A extração vegetal é que impulsiona e mantém a economia da cidade.

A maior madeireira de General Carneiro é a Indústria Pedro Pizzatto. Outras indústrias importantes do setor são a Madeireira Dal Pai e a Madepar.

Apesar das riquezas geradas pela indústria da madeira, General Carneiro ainda enfrenta problemas no atendimento das necessidades básicas da população, principalmente no setor educacional e de saúde.

Apesar de todas as dificuldades surgidas, a população de General Carneiro tem confiança num futuro melhor, e continua dando o melhor de seus esforços em prol do constante progresso do município.

Portanto, nesta significativa data, 19.11.96, toda população é digna do nosso reconhecimento e admiração na certeza de que com muito trabalho serão vencedores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pôr intermédio deste Parlamentar, parabeniza a todos na certeza de que continuarão com a mesma garra tudo fazendo pelo desenvolvimento cada vez maior da região.

REQUERIMENTO No. 1345

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata, de voto de congratulações ao Doutor Félix Fischer, pela indicação para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(A) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Félix Fischer, pelo exemplo de vida que nos tem oferecido, quer como Procurador de Justiça, quer como professor, quer como cidadão, onde a dignidade, a probidade, o altruísmo e a dedicação à causa pública, tem sido marcas indissociáveis de sua personalidade.

Sua indicação repercutiu nos meios jurídicos e na comunidade paranaense.

Todas as expectativas são de que, sem a menor dúvida, como Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ, ele estará prestando mais uma vez, relevantes serviços ao Judiciário brasileiro.

Assim sendo, a medida ora proposta nada mais é do que a mais justa das homenagens que este Estado, através de seu Poder Legislativo, pode prestar a tão distinta figura que muito vem enobrecendo a imagem de nosso Estado. Pois do muito que aqui argumentássemos, o nosso relato não chegaria próximo dos méritos que o Doutor Félix Fischer tem por merecer.

REQUERIMENTO No. 1353

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS E DE CAPITALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - SINCOR/PR, pelo trigésimo aniversário de sua fundação, ocorrido em 12.10 do corrente.

Ao longo destas três décadas sempre primou pelo excelente atendimento aos seus clientes na área de seguros e capitalização de nosso Estado, com muita seriedade, competência e dedicação.

Nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento são extensivos aos seus fundadores: Amaury Nogueira Freire Gameiro, Léo Marcondes Zanardini, Anajê Pereira Falcão, Mathias Lauro Weber, Alberto Bazan, Lino Oyola Neto, Adolfo de Oliveira Franco Filho, Jorge Satow Imami, Francisco de Paula Seixas, Ezilda Nogueira, Luiz Fernandes, Rosa de Oliveira; aos seus ex-Presidentes: Amaury Nogueira Freire Gameiro, Mathias Lauro Weber (in memoriam), Antônio Mattos, Osni de Souza (in memoriam), Pedro Augusto Schwab, Arismar Budal Guimarães e Renato Bechara Amim; à sua Diretoria e a sua equipe de funcionários.

Deixamos registrado nos Anais desta Casa de Leis esta homenagem através deste voto de congratulações, consignando-se o reconhecimento de todos nós!

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1352

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta Sessão, um voto de louvor ao casal JORGE CELSO BATISTELA e CRISTINA KOPP BATISTELA, pelo apoio, carinho e dedicação que tem dispensado a senhora Maria Marta Fernandes e sua família.

Trata-se de um casal humano, que vive a fraternidade, não medindo esforços em ajudar ao próximo, principalmente nos momentos em que as dificuldades se apresentam. Tal testemunho nos foi dado pela senhora Maria Marta que há 12 anos trabalha com este casal. É tratada com se fosse da família e tem recebido inúmeros benefícios do senhor Jorge e da senhora Cristina ao longo de todos estes anos.

O amor, consideração e respeito sempre foram e continuam sendo uma constante nessa família, que com certeza, merece todo o nosso respeito e admiração.

Entendemos meritório este registro e nos somamos a senhora Maria Marta nesta homenagem singela ao casal Jorge Celso e Cristina, porém de profundo valor e que deve ser enaltecido por todos nós!

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO No. 1347

SÚMULA: Requer que sejam enviados expedientes aos senhores: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, Excelentíssimo Presidente da República; ANTÔNIO KANDIR, Ministro do Planejamento; PEDRO SAMPAIO MALAN, Ministro da Fazenda e PEDRO PARENTE, Ministros responsáveis pela área econômica, parabenizando pelas medidas tomadas, visando a racionalização e simplificação no recolhimento de tributos pelas micros e pequenas empresas nacionais.

Sem sombra de dúvida, merece no nosso reconhecimento e aplauso a medida provisória editada pelo Governo Federal, que racionaliza e simplifica os recolhimentos de tributos por parte das micro e pequenas empresas. Eleva-se mais, quando observamos o espírito da MP além da simplificação no recolhimento, estabelece norma coerente quando vincula o valor dos impostos ao faturamento das empresas, deixando explícito que a empresa só pagará mais impostos se faturar mais.

Justiça se faça a essa brilhante iniciativa do governo Federal, que se acompanhada por Estados e Municípios, será um real incentivo ao segmento das micros e pequenas empresas, que representam considerável parte da economia nacional.

Sala das Sessões, em 06.11.96.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO No. 1351

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido

o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, no sentido de providenciar a implantação de cobertura nos pontos de ônibus do Jardim Paraíso, na região da Lamenha Grande, bem como no Jardim São Carlos, Jardim Amazonas, Jardim Valma e Jardim Dourados.

O pedido está sendo feito pelos usuários do ônibus, os quais afirmam que em dias de chuva e de muito sol, a população sofre muito, uma vez que ficam sujeitos à ação do tempo.

REQUERIMENTO No. 1355

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, após ouvido o soberano Plenário, REQUEREM o encaminhamento de APELO ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, digníssimo Governador do Estado, no sentido de determinar através dos órgãos da Defesa Civil e PROVOPAR, urgente liberação de recursos financeiros para o Município de Imbituva, para que aquele Executivo Municipal possa quitar o débito existente pela aquisição de lonas pretas, utilizadas no socorro de emergência a mais de 800 moradias danificadas pelo violento temporal de granizo ocorrido no último dia 19.10.

Considerando que o débito é de responsabilidade da Prefeitura, é que a mesma não conta com recursos para a liquidação do mesmo, é imperioso que o Governo do Estado libere os recursos necessários que tanto precisa aquele município.

Sala das Sessões, em 06.11.96

(aa) JOEL COIMBRA

LUIZ CARLOS ZUK

JOÃO TECHY

REQUERIMENTO No. 1350

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, considerando que o Governo do Estado vem anunciando a realização dos "Jogos da Natureza", no Município de Foz do Iguaçu, em 1997, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor OSVALDO LUIZ MAGALHÃES DOS SANTOS, Digníssimo Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando informações sobre o evento, mediante respostas às perguntas formuladas:

1. Quais as modalidades esportivas que serão disputadas no evento?
2. Das referidas modalidades, quantas serão disputadas no interior do Parque Nacional do Iguaçu?
3. Existe autorização do IBAMA ou outro órgão correspondente, para utilização da área do Parque Nacional do Iguaçu para a prática de modalidades esportivas?

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado vem divulgando, através da imprensa, a realização dos "Jogos da Natureza", no próximo ano de 1997, tendo como sede o Município de Foz do Iguaçu e, segundo se tem conhecimento, algumas modalidades esportivas serão disputadas no interior do Parque Nacional do Iguaçu.

Considerando que existem dispositivos legais que proíbem a utilização do Parque Nacional, a exemplo do que ocorre na estrada que liga Capanema e Medianeira, onde não se permite a passagem nem de veículos e nem de pedestres, justifica-se o presente Requerimento, a fim de evitar a ocorrência de problemas futuros.

REQUERIMENTO No. 1349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Secretário de Estado da Fazenda, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1. Qual a parcela de participação das estatais na geração do ICMS?
2. Qual a participação dos municípios no recolhimento do ICMS gerado pelas estatais?

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Face às notícias contraditórias sobre a liberação de recursos financeiros aos municípios, pretendemos com o presente requerimento, buscar uma avaliação concreta sobre a geração e distribuição do ICMS por empresas estatais, na intenção de bem informar aos Prefeitos Municipais o destino dos recursos financeiros do Estado, não pairando assim, dúvidas quanto a transparência governamental.

REQUERIMENTO No. 1354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Transportes do Estado do Paraná, senhor Demi Lineu Schwartz, fazendo os seguintes questionamentos, abaixo descritos:

1. Requer informações, quanto as viagens que estão sendo realizadas ao exterior, pelos senhores AROLDO LOBO, que encontra-se em Aruba; LEO BITTENCOURT, que encontra-se em Cancun e OZIERES STENGHEL que encontra-se na Alemanha.

2. Qual a missão designada aos citados acima, tendo em vista que os mesmos encontram-se em paraísos turísticos e fiscais?

Qual o valor da passagem aérea, transporte terrestre e hospedagem de cada um dos citados?

3. Qual a data de embarque dos citados e qual a data prevista para o retorno dos mesmos, sendo que os três são funcionários da FERROESTE, que encontra-se em processo de decisões de

extrema importância, em vista da sua privatização?

4. Qual a origem dos recursos, para o custeio das viagens descritas no presente?

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 045/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º. - O parágrafo 11, do artigo 51 da Resolução no. 159, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51 - ...

11 - Ao membro da comissão que pedir vista será concedido o prazo de sete dias improrrogáveis; tratando-se de projeto em regime de urgência, esse prazo será de dois dias; se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada em comum acordo pelo mesmo prazo."

Art. 2º. - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.96

(aa) EMERSON NERONE
CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, durante esses dois primeiros anos desta legislatura tem vivido a discussão da possibilidade ou não da concessão de vistas aos Deputados quando as matérias se encontram em regime de urgência.

Essa lacuna do Regimento Interno tem promovido injustiças, porque algumas vezes as vistas são concedidas e outras se fecha completamente essa oportunidade de análise para os Deputados interessados.

A Comissão de Constituição e Justiça não distribui a pauta dos projetos que serão analisados e muitas vezes os Deputados não têm conhecimento prévio do conteúdo das matérias. Votar sem conhecimento do conteúdo dos projetos espelha bem o descrédito da classe política junto à população.

Esta alteração do Regimento Interno pretende acabar com essa luta dentro das Comissões Permanentes, evitando discussões que nada acrescentam ao trabalho dos Parlamentares.

Diante da importância dessa alteração, esperamos contar com a acolhida favorável dos nobres Pares desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 06.11.96

(aa) EMERSON NERONE
CAÍTO QUINTANA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI No. 491/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 10. - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a União das Associações de Moradores de Arapongas, com sede e foro no referido município.

Art. 20. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Ao propormos que seja declarada de Utilidade Pública a União das Associações de Moradores de Arapongas - PR, com sede e foro no referido município, o fazemos conscientes da necessidade das Associações de Moradores do município que serão imensamente beneficiados, através da identificação, mobilização e formação de novos grupos e idéias capazes de representar os diversos interesses dos moradores.

Terá também como finalidade congregar todas as Associações de Moradores de Arapongas, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, a fim de se obter a elevação da qualidade de vidas dos mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Florisvaldo Fier.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores requereu e foi aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados, o uso da tribuna pela Coordenação do Fórum pela Reforma Agrária e pela Reforma Urbana. Agradecemos o apoio dado pelos demais Pares desta Casa e como não nos cabe fazer um pronunciamento específico uma vez que isto ao Fórum, passamos a palavra ao Rogério, um dos Coordenadores do Movimento Sem-Terra e um dos Coordenadores do Fórum pela Reforma Agrária e pela Reforma Urbana no nosso Estado.

O SR. ROGÉRIO - (Lê): "Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhor Presidente, companheiros e companheiras.

No dia 08 de novembro do ano passado, há um ano, a Polícia Militar do Paraná despejou violentamente cerca de 50 famílias de trabalhadores rurais sem terra acampados na Fazenda Saudade, no Município de Santa Izabel do Ivaí (Nordeste do Paraná). Aproximadamente 15 trabalhadores ficaram feridos no conflito e por muito pouco a tragédia não assumiu dados bem mais alarmantes.

Neste momento quero ocupar o espaço desta Casa, em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras sem terra do Estado do Paraná,

representando o Fórum pela Reforma Agrária e Urbana, composto por 33 entidades do meio popular urbano e rural, que apoiam e atuam na luta pela reforma agrária.

Quando falamos em reforma agrária, nos referimos à solução de problemas que envolvem o campo e a cidade. Seja na prevenção da saúde, com a produção de mais e melhores alimentos, com a melhoria da alimentação das pessoas de baixa renda, fruto da diminuição dos custos da cesta básica que certamente o aumento da produção trará. Seja na segurança pública com a diminuição do êxodo rural que gera miséria e abandono de crianças ruas das grandes cidades, e outras formas de violência advindas do desemprego e falta de alternativas para os trabalhadores. Seja no meio ambiente, tendo os agricultores como aliados permanentes na defesa dos nossos já escassos recursos naturais.

A reforma agrária é a forma mais simples e barata de gerar emprego à população. A demanda criada por um assentamento carrega concomitantemente a produção agrícola, a implementação demais empregos na indústria e no comércio, trazendo o desenvolvimento aos municípios do interior, como já podem ser comprovados em alguns municípios do Estado do Paraná.

Como buscar isso? Vontade política, Senhores Deputados, para democratizar a terra, coragem de romper as amarras do latifúndio e de investir em uma política agrícola séria e que beneficie a maioria dos trabalhadores.

Devemos com determinação buscar a justiça tendo como metas a igualdade, solidariedade e bem-estar do povo. Saber entender, que um movimento como o dos Trabalhadores Rurais sem terra só se organiza a partir do desejo popular de viver melhor. São homens e mulheres que querem dar a seus filhos um mínimo do direito que tem quem nesta terra nasceu, a possibilidade de viver em paz, harmonia e com qualidade de vida.

Poderíamos aqui nos estender em cada ponto, analisando minuciosamente os benefícios nas áreas da saúde, educação, trabalho, meio ambiente, habitação, para justificar socialmente e também dentro de parâmetros econômicos a implantação de uma reforma agrária. mas infelizmente, os fatos nos obrigam a falar as crueldades, violências, impunidade e injustiça que envolvem a luta da terra em nosso Estado, assim como em todo o País.

É infeliz e está no lugar errado o Parlamentar que insiste em defender privilégios de uma minoria abastada, possuidores de imensas áreas improdutivas e especulativas, muitas vezes griladas ou devolutas, sem reconhecer o direito constitucional da função social da propriedade que é a de produzir, alimentar e dar condições de vivermos em um Estado com qualidade de vida e justiça social.

Não podemos em nenhuma hipótese esquecer ou ignorar os fatos, pois Santa Izabel do Ivaí é o retrato da falta de uma política para resolver os problemas agrários. Este não é um fato isolado, Senhores Deputados. Lembramos que existem, hoje, no Paraná, mais de 60 áreas de ocupação de terra, envolvendo

aproximadamente 10 mil famílias. Cada uma destas áreas, se continuarem as práticas desastrosas da Polícia Militar é embrião de novos conflitos tão ou mais sérios, ao de Santa Izabel do Ivaí, que assistimos no ano passado.

Hoje, um ano de depois de Santa Izabel do Ivaí, os trabalhadores rurais sem terra respondem por processos e o IPM não foi concluído. A PM, com sua P2, rechearam o processo com provas produzidas por investigações paralelas da própria PM. Podemos, inclusive, estabelecer muitos paralelos entre o caso de Santa Izabel do Ivaí e o caso do assassinato do Líder sem terra Teixeira, só para citar um dos exemplos de violência contra os trabalhadores rurais no Paraná.

Queremos aproveitar ainda este espaço, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para denunciar que a violência e a impunidade continuam imperando no Estado do Paraná. No dia 31 de outubro, semana passada, dois técnicos que atuam nas áreas de assentamentos da reforma agrária na região de Pitanga - esses técnicos, que são contratados via um convênio assinado entre a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado do Paraná e a Secretaria de Estado do Meio ambiente, foram violentamente agredidos, espancados e humilhados por policiais civis, sob ordens do Delegado Gilberto Pereira da Silva, sem nenhuma razão, pois ambos estavam a caminho de suas residências. A intimidação de lideranças e profissionais ligados ao trabalho da reforma agrária tem se tornado uma constante.

Exigimos a apuração imediata da violência e arbitrariedades cometidas e fim das atividades ilegais da P2 e perseguições à lideranças, neste e nos demais casos.

Que este Parlamento não se cale, não se curve, não se omita do seu dever. Começamos aqui a mudar este quadro, como forma de evitar novas Corumbiarias, Eldorado das Carajás, Santa Izabel do Ivaí e tantos outros.

Certamente o Parlamento não deve ser o último a exigir ações para evitar a violência e denunciar a impunidade no campo. Mas cada um dos Senhores Deputados deve carregar na consciência a vontade de mudar esta situação, principalmente neste momento em que a sociedade exige a reforma agrária. É por isso que estamos aqui, é nisso que acreditamos e lutamos.

Fazemos um apelo para que o Presidente desta Casa e também a todos os Deputados, para que encaminhem manifestação pública aos Deputados Federais e Senadores no sentido de aprovarem com a máxima urgência a aprovação de três leis que encontram-se paradas e que são de fundamental importância para o avanço da reforma agrária."

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Deputado Rosinha coordenando o Grande Expediente.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Usando da tribuna, a Coordenação do Fórum pela Reforma Agrária e a Reforma Urbana, traz a esta Casa a denúncia de arbitrariedade cometida pelo Doutor

Gilberto Pereira da Silva, o mais recente ato de violência contra os trabalhadores. Agrediu dois técnicos que percebem o seu salário através de um convênio do movimento sem-terra e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Poderíamos dizer que são técnicos contratados pelo dinheiro público, trabalhando nos assentamentos, e que são vítimas de Delegado, que também percebe os seus salários do dinheiro público.

Isso não pode persistir independente de quem seja o cidadão, os Delegados não têm esse tipo de autoridade. Uma questão que se coloca para nós é que recentemente foi divulgado através da televisão, em rede nacional, a Rede Globo, o comportamento dos policiais P2, os policiais secretos das Polícias Militares no Brasil, e foi dito, mostrou o comportamento da P2 no nosso Estado. Temos informações, Senhor Presidente, de Delegados da Polícia Civil que, inclusive, tem denunciado essa irregularidade que está sendo cometida pela P2. A Polícia Militar não tem papel de investigação, tem o papel de prevenção da violência, e no entanto, eles estão assumindo uma função que não lhes cabe nem como obrigação nem como direito, porque isso cabe à Polícia Civil. E a P2 em mais do que em um momento tem se envolvido em fatos, não só em relação ao movimento sem-terra, mas também em relação a outros tipos de investigações, como é o caso de Guaratuba, do chamado caso das bruxas, aonde a P2 esteve envolvida também.

O que temos que cobrar, Senhores Deputados, é que o Secretário de Segurança Pública haja com responsabilidade e faça com que a Polícia Militar, através da P2, não desenvolva mais nenhum tipo de ação de investigação. E mais, que apure os atos de arbitrariedade cometidos pelo Senhor Delegado de Pitanga, e que aplique o Estatuto do Servidor Público, que manda punir em sua forma aqueles que assim agem.

Essa é a nossa posição e o agradecimento a todos os Senhores Parlamentares, por ter aprovado a presença do Fórum, hoje nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença dos Vereadores eleitos de Umuarama, Eduardo Melo e Gilberto Balan, acompanhados de suas esposas.

Horário das Lideranças: PFL, PPB, PMDB, PT, PTB, PDT, PSDB, Liderança do Governo.

(Declinam)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Emerson Nerone e Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senador Deputado Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 418/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Casa Latino-Americana - CASLA, o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado o projeto em 2a. discussão, artigo por artigo, ressalvada Emenda. Emenda da C.C.J.: Aprovada.

O projeto irá à 3a. discussão.

PROJETO DE LEI No. 418/96

SUBEMENDA ÀS EMENDAS SUBSTITUTIVAS DE
PLENÁRIO DE No. 01

A Súmula e o Parágrafo Único do Art. 20. do Projeto de Lei no. 418/96, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Súmula: Autoriza o Poder Executivo a ceder à Casa Latino-Americana - CASLA, o imóvel que especifica."

Art. 20. -

"Parágrafo Único - Fica a CASLA responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos."

Sala das Sessões, em 06.11.96

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio: Walmor Trentini, Nelson Tureck, Luiz Carlos Zuk, Techry Filho.

JUSTIFICATIVA:

As emendas substitutivas apresentadas pela douta Comissão de Constituição e Justiça tornam inviável o bom uso do imóvel e desfiguram o pretendido pelo autor do projeto, já que primeiramente muda a situação jurídica desejada que é a cessão para o comodato, figuras juridicamente diferentes e com efeitos peculiares à cada uma.

Outrossim, a vedação de construir outra edificação, cria obstáculo ao uso pleno do imóvel restringindo o objetivo de prosseguimento das atividades da Casa Latino-Americana e confronta, novamente, com o objetivo inicial da proposição.

ITEM 02

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 043/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera o "caput" do art. 15 e seu § 10. da Resolução no. 159/90, que aprovou o Regimento Interno deste Poder Legislativo. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 556/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazerem adaptações nos coletivos intermunicipais visando facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. no. 181/95, de 11.12.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI No. 556/95

PARECER:

o presente Projeto de Lei no. 556/95, de autoria do nobre Deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazerem adaptações nos coletivos intermunicipais, visando facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física, vem atender os reclames de uma significativa parcela da população que hoje tem dificuldades de se locomover através do sistema de transporte público devido as dificuldades impostas.

Com o exposto, somos de parecer favorável.

Sala das Sessões, em 24.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI No. 556/95

PARECER:

Para análise desta Comissão o projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi que dispõe sobre a obrigatoriedade de se fazerem adaptações nos coletivos intermunicipais visando facilitar o acesso e a permanência de portadores de deficiência física.

De acordo com o § 60. do Artigo 33 do Regimento Interno desta Casa compete à esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

A implantação de elevadores hidráulicos e/ou eletropneumáticos em veículos de transporte coletivo de passageiros tipo rodoviário que tem por objetivo atender a uma parcela da população portadora de deficiência física, já é utilizada em ônibus do tipo urbano desde 1988 em Curitiba com a implantação de linhas especiais para deficientes físicos que encontram-se em operação regular até a presente data.

No caso de ônibus rodoviário há uma tendência tecnológica para o desenvolvimento de veículos altos considerados, em alguns casos, como panorâmicos, que tem disfarçado neste objetivo o transporte de cargas em enormes bagageiros, que implicam em elevada estatura do solo até a plataforma de viagem para passageiros. O ideal para o atendimento do escopo do presente projeto seria a limitação também da altura entre o solo e a plataforma de viagem em um (01) metro, o que possibilitaria maior facilidade de implantação do dispositivo para embarque/desembarque de deficientes físicos e atenderia a todos os demais usuários através do embarque/desembarque com menor número de degraus.

e menor esforço para esta operação atendendo principalmente a idosos, gestantes e crianças.

Cabe ainda esclarecer que os ônibus tipo urbano onde hoje se utilizam os dispositivos para embarque/desembarque de deficientes físicos possuem altura em relação ao solo até a plataforma de transporte de passageiros é de 1 (um) metro conforme especificado nos parágrafos anteriores.

Nesse sentido, nosso parecer é favorável, com a seguinte

EMENDA ADITIVA

"Art. 1º. - ...

1º. - ...

IV - a altura entre o solo e a plataforma de viagem para passageiros não poderá exceder a um (1) metro."

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.96

(aa) GERALDO CARTARIO - Presidente

PÉRICLES MELLO - Relator

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Queria fazer uma apelo ao Deputado Luiz Accorsi, de retirarmos por três sessões, porque junto com o Deputado Nerone, autor de um projeto semelhante e o nosso gabinete, já estamos discutindo com a Liderança do Governo, um projeto semelhante.

Achamos que é possível anexar ambos os projetos e tramitar concomitantemente, como um projeto único.

Esse é um pedido que faço ao Deputado Luiz Accorsi. Se ele, por acaso estiver ausente, requeiro à Mesa adiar por três (03) sessões, para que possamos concretizar estas negociações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tenho a impressão que o Deputado Accorsi não se encontra em Plenário.

A Mesa, no bom andamento dos trabalhos, retira por três (03) sessões o Projeto.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 076/96, de autoria do Deputado José Tavares, que dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, na forma que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 20, de 21.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 076/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Tavares, tem por objetivo dispor sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos, na forma que especifica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e de técnica legislativa, nada encontrou que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 21.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

IRONDI PUGLIESI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI No. 076/96

PARECER:

Tendo em vista solicitação do nobre Deputado José Tavares, que versa sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que empregam pessoas com mais de 40 anos, nada encontramos que possa inibir sua tramitação normal dentro desta Casa de Leis.

Diante do exposto, somos de parecer favorável à tramitação.

Sala das Comissões, em 09.10.96

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI No. 076/96

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

No "caput" do art. 1º. da proposição supra, modifica a expressão "possuam" para admitam, logo após a palavra empregador.

Sala das Comissões, em 09.10.96

(aa) ALBANOR GOMES - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI No. 076/96

PARECER:

VOTO EM SEPARADO

A proposição em tela, autoria do Deputado José Tavares, dispõe sobre incentivo fiscal para pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos. Incentivos estes concedidos ao empregador que tenha em seu quadro funcional "pelo menos" 30% (trinta por cento) de empregados na faixa etária citada.

Ao analisar o mérito, sem preocupação com a constitucionalidade do projeto, visto que não é competência desta Comissão de Finanças, verifica-se que a proposição apresenta um contraditório da realidade, visto que, a maioria dos empregados, sem especialização, com mais de quarenta anos estão conscientes de que o mercado de trabalho não os espera de braços abertos. Realmente, não há uma oferta de emprego para os desempregados nesta faixa etária. Sabem que a admissão é difícil. Assim, os que estão empregados são os mais dedicados e mais responsáveis. Por isso, mais valorosos para o empregador. E estes, normalmente, reconhecem sua aptidão.

Destarte, a preocupação do legislador não deve ser direcionada aos que estão empregados, mas para aqueles que estão fora do mercado do trabalho. Logo, qualquer estímulo, qualquer incentivo, para o emprego de pessoas com mais de 40 (quarenta) anos deve se concentrar na admissão ao mercado de trabalho. Do contrário, a legislação não vai favorecer ao empregado, mas ao empregador, e a custa do Erário Público. E pela

justificativa não seria esta a intenção do presente projeto.

Assim, para conciliar o objetivo do nobre legislador à realidade, apresentamos a emenda modificativa.

Sala das Comissões, em 09.10.96
(aa) ALBANOR GOMES - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

ITEM 05

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de lei no. 092/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio objetivando completar a pavimentação do Conjunto Habitacional Jardim da Figueira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., D.F. E C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. no. 23, de 26.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 092/96

PARECER:

O presente projeto de lei cuja autoria é do nobre Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, tem por objetivo autorizar o Executivo Estadual a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio para completar a pavimentação do Conjunto Habitacional Jardim da Figueira no referido município.

A pretensão do amor é plenamente justa e oportuna, por apresentar reivindicação antiga da comunidade que lá reside para que seja realizada a complementação do serviço iniciado.

Considerando a oportunidade da matéria, e tratando-se de projeto meramente autorizatório, nada há que possa obstar sua normal tramitação.

O parecer, portanto, é favorável ao prosseguimento do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.05.96
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI No. 092/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei no. 092/96, de autoria do nobre Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, para completar a pavimentação do Conjunto Habitacional Jardim da Figueira, no referido município.

A iniciativa do autor vem atender um antigo reclame daquela comunidade, para que seja complementado as obras já iniciadas.

Considerando a oportunidade da matéria, e tratando-se de projeto meramente autorizatório, nada há que possa impedir sua normal tramitação.

O parecer, portanto, é favorável.

Sala das Comissões, em 29.05.96.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI No. 092/96

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, o Projeto de Lei no. 092/96, visa autorizar o Poder Executivo firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio para completar a pavimentação asfáltica do Conjunto Habitacional Jardim Figueira daquele município.

Visto ser o projeto de lei meramente autorizatório, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada que possa impedir a sua normal tramitação, e dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.96.
(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
RENY BORSATTO - Relator

ITEM 06

1a. DISCUSSÃO - do projeto de lei no. 099/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Mariana e Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação entre o Distrito de Panema e o Distrito de Jardinópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. Aprovado (Publ. no D.A. no. 25, de 27.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 099/96

PARECER:

O presente projeto de lei cuja autoria é do nobre Deputado Eduardo Trevisan, autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Mariana e Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação entre o Distrito de Panema e o Distrito de Jardinópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e juricidade do mesmo, apresentamos nosso parecer favorável para sua tramitação por esta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.04.96
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTÔNIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI No. 099/96

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Mariana e Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação entre o Distrito de Panema e o Distrito de Jardinópolis.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e juricidade do mesmo, apresentamos nosso parecer favorável para sua tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.04.96
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI No. 099/96

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Santa Mariana e Prefeitura Municipal de Leopólis, objetivando a pavimentação entre o Distrito de Panema e o Distrito de Jardinópolis é de extrema importância, pois significa uma melhoria nas condições de locomoção de uma localidade para outra e também porque vem de encontro aos desejos da população que lá reside.

Por esses e por outros somos totalmente favoráveis a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.10.96.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 446/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem no. 078/96, que dispõe, com base na Lei Complementar Federal no. 087/96, normas referentes ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações - ICMS, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDAS DA C.C.J., C.F. E SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº. 145, de 15.10.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 446/96

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo do Poder Executivo visa dispor, com base na Lei Complementar Federal 97/96, normas referentes ao ICMS.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável com as emendas que apresentamos anexo.

Sala das Comissões, em 29.10.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 446/96
EMENDA MODIFICATIVA

Ficam alteradas as alíneas "a", do inciso I, e a alínea "f", do inciso II, do art. 14, do Projeto de Lei no. 446/96, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 14 - ...

I - ...

a) álcool anidro para fins combustíveis;

II - ...

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) óleo diesel e álcool hidratado para fins combustíveis;

Sala das Comissões, em 05.11.96

(a) JOEL COIMBRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 446/96
EMENDA MODIFICATIVA

Fica alterado o # 2o., do art. 29, do Projeto de Lei no. 446/96, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29 - ...

1o. - ...

2o. - Não se estornam créditos a mercadorias e serviços que venha a ser objeto de operações destinadas ao exterior ou de mercadorias adquiridas no Estado para fabricar os produtos referidos no inciso I, do art. 4o. desta lei.

Sala das Comissões, em 05.11.96

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

As reservas florestais plantadas no Estado, para seu pleno aproveitamento, estão a exigir novos investimentos em fábricas de papel destinado a impressão de livros, jornais e periódicos sobre o qual incidem impostos (art. 150, VI, "d", da Constituição Federal). A exportação de papel, também isenta de ICMS, usufrui do pleno reconhecimento do direito a manutenção dos créditos de ICMS dos insumos, não havendo justificativas para se dar tratamento diferenciado quanto aos créditos para o papel imune vendido no mercado interno.

Na realidade esse injustificado tratamento vem impossibilitando que as indústrias nacionais, sediadas no Paraná, tenham condições equitativas de competitividade frente as indústrias estrangeiras das quais o papel é importado, também com isenção de impostos. A situação vem constrangendo inconcebivelmente as indústrias locais a buscarem os caminhos de exportação sem que o Estado arrecade qualquer tributo, tudo em prejuízo da balança comercial pelo aumento de importações.

Novos investimentos no setor papelero acima aludido, de relevante interesse ao Estado, cujas indústrias já chegaram a atender 80% da demanda nacional de papel para impressão, quando hoje em dia atender somente 38%, sendo 62% importado, dependem da correção da distorção da vedação de créditos, que passou a existir a partir de 1993.

A Lei Complementar no. 87/96, no art. 20, # 4o., permite aos Estado "dispor que não se aplique, no todo ou em parte, a vedação dos créditos previsto no parágrafo anterior."

O Convênio CONFAZ em vigor autoriza o Estado do Paraná a assegurar o direito a manutenção de

crédito, ora cogitada, através de emenda que visa que a vedação dos créditos não abranja as mercadorias ou insumos adquiridos dentro do Estado, aplicados na fabricação de papel immune a impostos.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI No. 446/96

PARECER

Relatório

O presente projeto de autoria do Poder Executivo, Mensagem no. 078/96, dispõe, com base na Lei Complementar Federal no. 087/96, de 13 de setembro de 1996, sobre normas referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS.

Fundamentação

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

Conclusão

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o # 3o., art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente, pelo parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei, com as emendas da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças:

Sala das Comissões, em 30.10.96
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
MILTINHO PUPPIO - Relator

PROJETO DE LEI No. 446/96
EMENDA

Fica acrescentado ao art. 4o., o inciso X com a seguinte redação:

"Art. 4o. - ...

X - serviços gratuitos de comunicação prestados pelo rádio e pela televisão."

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Tanto o rádio quanto a televisão prestam inestimáveis serviços de utilidade pública, levando a todas as camadas sociais, sem qualquer custo, informação, cultura e entretenimento, estando ainda circunscritos a legislação própria, de tal forma que para que tais serviços sejam e continuem prestados com eficácia há necessidade de que os mesmos não sofram a incidência do ICMS.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI No. 446/96
EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1o. - O inciso IX do artigo 5o. do Projeto de Lei no. 446/96, passa a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se inalterados os demais:

"Art. 5o. - ...

IX - do desembaraço aduaneiro das mercadorias do exterior sempre quando ocorrer por portos localizados em outras Unidades da Federação. Quando o desembaraço ocorrer pelos Portos localizados no Estado do Paraná, será considerado o momento da entrada das mercadorias no estabelecimento do importador."

JUSTIFICATIVA:

A modificação de que trata a presente emenda pretende evitar que se quebrem simultaneamente várias empresas paranaenses, por falta de capital de giro, além de evitar de se levarem sem número de outras para Portos de outros Estados da Federação, o que por consequência cessaria grande parte do movimento que apenas agora se inicia em escala aceitável no nosso Porto de Paranaguá.

Somente desta forma, estaremos verdadeiramente prestigiando o nosso Porto de Paranaguá. A manutenção da atual proposta inviabilizará pequenas empresas paranaenses, trará forte desestímulo à entrada de novas indústrias que dependem da importação de parte dos componentes de seus produtos (ex.: Renault), assim como levará outras empresas paranaenses e não paranaenses que hoje se utilizam do Porto de Paranaguá e dos atuais EADTs - Entrepósitos Aduaneiros de Interior, a procurar outros portos de entrada de cujos Estados a legislação assim os favoreça. A tentativa do Executivo de antecipar receitas poderá, ao contrário do pretendido, levar a um corte agudo nas receitas e atividades econômicas do Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Só estou requerendo a esta Presidência a informação de que este projeto aparece já com o Substitutivo Geral? Estamos votando o Substitutivo ou apenas o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só o projeto. Volta à Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto tem várias emendas, inclusive um Substitutivo Geral foi aprovado em 1a. Discussão, e retorna à Comissão de Constituição e Justiça por quarenta e oito horas, visto que o projeto está em regime de urgência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para esclarecer sobre o 446, porque ele receberá as emendas na 2a. discussão. Não será hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em regime de urgência. Queria apressar a votação, porque ele está em regime de urgência, mas acato a questão de ordem de Vossa Excelência.

O projeto constará da sessão de amanhã, para o recebimento de emendas.

ITEM 08

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 473/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem no. 090/96, que aprova um ajuste orçamentário no valor de

R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Transporte, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (publ. no D.A. no. 157, de 29.20.96 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 473/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem no. 090/96, tem por objetivo aprovar um ajuste orçamentário no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando adequar o programa de obras.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI No. 473/96

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem no. 090/96, que objetiva aprovar um ajuste orçamentário no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, visando adequar o programa de obras.

Sobre a matéria, observamos já existir o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o # 3o. do art. 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nada que inuça sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENY BORSATTO - Relator

ITEM 09

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 012/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 025/96, que autoriza o Poder Executivo, através do LAP, alienar a Mariano Goldacha, o Lote no. 09 do imóvel Pitanga Abaixo, Município de Pitanga, com área de 163,2518 ha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 012/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do Lote no. 09, do imóvel "Pitanga Abaixo", Município de Pitanga, com área de 163,2518 ha, a Mariano Goldacha.

Art. 2o. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO No. 06/95

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental no. 025/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Mariano Goldacha, o imóvel constituído do Lote no. 09, de imóvel "Pitanga Abaixo", Município de Pitanga, com área de 163,2518 ha.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 10

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 013/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 026/96, que autoriza o Poder Executivo, através do LAP, alienar a Luiz Alberto Ribas Prestes, o Lote no. 06 do imóvel Barra Preta, Município de Pitanga, com área de 106,5838 ha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 013/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do Lote no. 06, do imóvel "Barra Preta", Município de Pitanga, com área de 106,5838 ha, a Luiz Alberto Ribas Prestes.

Art. 2o. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO No. 07/95

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental no. 027/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Luiz Alberto Ribas Prestes, o imóvel constituído do Lote no. 06, de imóvel "Barra Preta", Município de Pitanga, com área de 106,5838 ha.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução no. 014/96, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem no. 027/96, que autoriza o Poder Executivo, através do LAP, alienar a Leonildo Garcia da Cruz e Antônio Martinelli, o Lote no. 01 do imóvel Borboletinha "A", Município de Pitanga, com área de 136,5354 ha. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO No. 014/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1o. - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o imóvel constituído do Lote no. 01, do imóvel Borboletinha "A", Município de Pitanga, com área de 136,5354 ha, a Leonildo Garcia da Cruz e Antônio Martinelli.

Art. 2o. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.05.96

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO No. 08/95

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental no. 027/95, a presente proposição autoriza o Poder Executivo alienar a Leonildo Garcia da Cruz e Antônio Martinelli, o imóvel constituído do Lote no. 01, de imóvel Borboletinha "A", Município de Pitanga, com área de 136,5354 ha.

De acordo com o Art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, é de competência privativa desta augusta Assembléia Legislativa aprovar, previamente, este tipo de alienação.

Analisando a presente proposição temos que a mesma atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

O SR. DUILIO GENARI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas gostaria de comunicar a esta Casa que, a partir de uma reunião da Bancada do PPB, no dia de ontem, indicamos que, a partir de segunda-feira, nosso Líder será o Deputado Augustinho Zucchi. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lamenta a saída do Deputado Duilio Genari da Liderança do PPB, porque Sua Excelência, durante o tempo que exerceu esta Liderança, o fez com capacidade, brilhantismo e honestidade. Congratulações também ao novo Líder.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, uma consulta à Mesa: estivemos reunidos agora com o Secretário dos Transportes e, como tem vários Deputados com interesse, acho que é de interesse de toda a Assembléia, em relação ao projeto que altera a lei de concessão em relação especificamente ao caso da FERROESTE, o Secretário tem compromissos de viagens marcadas, a semana que vem toda ele estará em Curitiba.

Assim sendo, propusemos a ele e ele aceitou que, amanhã, às 10:30, ele estaria aqui para conversar com os Senhores Deputados.

Então, queríamos saber se é possível a sessão amanhã começar às 9:00 horas da manhã?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não tenho nada a contrapor, mas acho que não será possível. A sessão fica mesmo para às 10:00 horas da manhã.

Sobre a mesa, Requerimento no. 1346, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** a Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1356, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento no. 1344, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1343, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1345, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nos. 1353 e 1352, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1347, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1350, de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento no. 1351, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1355, de autoria dos Senhores Deputados Joel Coimbra, Luiz Carlos Zuk e Techy Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento no. 1349, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento no. 1354, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Em votação.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento no. 1334, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 418/96.

2a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nos. 076, 092, 099, 446 e 473/96 e dos Projetos de Resolução nos. 012, 013 e 014/96.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei no. 460/96, e dos Projetos de Resolução nos. 015, 016 e 017/96.

Levanta-se a Sessão.